



■ APRESENTAÇÃO

Nesta edição especial, a Revista *Com Censo* apresenta a discussão acerca da modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Tratar da EJA implica, primeiramente, reconhecer que a oferta de educação para as pessoas jovens, adultas e idosas, ou sua ausência, é resultado de um sistema social e econômico que falhou com esse público. É preciso compreender, ainda que historicamente, que a modalidade foi marcada por políticas públicas educacionais precárias e marginais ao Estado, caracterizadas como limítrofes entre a responsabilidade pública e privada, e entre políticas sociais compensatórias e filantrópicas.

A EJA foi inserida como modalidade da educação básica após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96. Entretanto, somente por meio da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, a modalidade passou a receber recursos por meio desse Fundo. O acesso a esses recursos é considerado uma conquista das mobilizações da sociedade civil.

Em 1997, foi realizada, em Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos - V Confinteia. No Brasil, a sociedade civil organizada participou dos encontros preparatórios para a conferência, que foi marcada por uma série de tensões na construção do documento final. Diante disso, foram constituídos os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos estaduais e regionais, que acabaram por levar à organização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos - Enejas. Nesses encontros, estudantes, educadores, pesquisadores, gestores públicos e privados passaram a se articular para a formação, a troca de informações e a

atualização sobre o campo da educação de jovens e adultos com o objetivo de exercer o controle sobre o poder público.

A partir de 2004, o Ministério da Educação - MEC, por intermédio da nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad/MEC¹, passou a regular políticas públicas para a EJA com a participação da sociedade civil. Essa Secretaria instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - Cnaeja, que funciona como um colegiado de representantes com o qual o Ministério tem dialogado permanentemente para consulta aos municípios, estados e organizações da sociedade civil, a fim de formular e efetivar políticas para a área.

Em 2007, teve início a preparação para a VI Confinteia no momento em que os Estados-membros enviaram seus



Equipe DIEJA e Coordenadores Intermediário da EJA - Fonte: Ascom/SEEDF – Foto: Tiago Oliveira/ASCOM - SEEDF

informes nacionais sistematizados. No Brasil, foi elaborado o Documento Nacional Preparatório à VI Confinteia, considerando a escuta e a avaliação das políticas públicas efetivadas e não efetivadas no campo da educação de adultos. Esse documento preliminar de debate que, ao final da conferência se configura no Marco de Belém, reafirma a perspectiva de entendimento da defesa da educação de pessoas jovens, adultas e idosas como sujeitos de direito.

Nesse cenário de debates internacionais e da construção nacional da EJA, a Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal - SEEDF, em conjunto com a sociedade civil², vem ampliando, na última década, a interlocução para implementação de políticas públicas para a EJA no DF. A publicação do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA³ possibilitou a implantação de uma experiência do PROEJA no DF. Entre 2007 e 2009, a Universidade de Brasília, em

parceria com a Secretaria de Educação e de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, coordenou o PROEJA-TransiarTE, como alternativa e aproximação dessas duas modalidades da educação básica, com o intuito de garantir a educação que correspondesse às especificidades de jovens e adultos trabalhadores.

Em 2011, a SEEDF – por meio do processo de construção coletiva de discussão, formação e elaboração – reuniu profissionais da educação, professores universitários e convidados para construir o Currículo em Movimento na EJA, visando promover a escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas. Ao mesmo tempo, elaborou as Diretrizes Operacionais da EJA, a fim de propor a reorganização estrutural, política e pedagógica para a oferta da modalidade na rede pública de ensino do DF.

No âmbito nacional, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o novo Plano Nacional de Educação e propôs, por meio das metas 7, 8, 9, e 10, as seguintes ações para a EJA: fomentar a qualidade na educação básica; elevar a taxa de alfabetização de 15 anos ou

mais e erradicar o analfabetismo; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar 12 anos de estudo; e oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Como estratégia propõe, ainda, a correção de fluxo, o acompanhamento pedagógico individualizado, a prioridade aos estudantes com rendimento escolar defasado, a continuidade dos estudos após a alfabetização e a oferta gratuita de educação profissional.

No Distrito Federal, em 2014, a Secretaria de Educação, em parceria com o Fórum Distrital de Educação⁴, constituído por representantes do governo do DF e por organizações e entidades da sociedade civil, elaboram o Plano Distrital de Educação do DF – PDE (Lei Distrital 5.499 de 15 de julho de 2015). Nesse plano, as metas 8, 9, 10 e 11 apontam à constituição de um sistema de ensino para atender à população rural, à classe trabalhadora e às pessoas em privação

de liberdade no sistema prisional do DF na EJA, na forma integrada à educação profissional, com objetivo de garantir acesso, permanência e continuidade de estudos a esses estudantes.

O Plano Plurianual 2016-2019, elaborado pelo GDF em parceria com a SEEDF, se propõe a responder às metas previstas no PDE com a ampliação do atendimento na Educação de Jovens e Adultos no DF em 50%, com a ampliação no atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal em, no mínimo, 30% e, além disso, com a ampliação em 50% no atendimento à Educação do Campo (escolas rurais).

Para o período de 2015 e 2016, a SEEDF tem o objetivo de qualificar a educação para pessoas jovens, adultas e idosas e avançar nas metodologias e práticas para a EJA. Sendo assim, ela criou duas estratégias: a primeira, o curso de formação para professores, Alfabetização e Letramento em EJA, em parceria com a Escola de Formação dos Profissionais da Educação - Eape; e a segunda, a realização de visitas técnicas pedagógicas às 14 Coordenações Regionais de Ensino, envolvendo os gestores escolares, os coordenadores pedagógicos locais e intermediários de EJA, com vistas à organização do trabalho pedagógico. Dessa forma, oferecer uma modalidade que atenda aos anseios desses estudantes requer planejar plurianualmente as ações, reformular orientações e normas, repensar práticas, concepções e metodologias, pactuar princípios e propor diretrizes.

Assim, trazemos nesta edição especial o universo da Educação de Jovens e Adultos como foco de debate. O primeiro texto é o registro escrito de uma conversa dialogada entre professores e professoras da Universidade de Brasília - UnB e da Secretaria de Educação - SEEDF, que se reuniram especialmente para construir esse diálogo sobre a Educação de Jovens e Adultos para esta edição especial. Nessa conversa participam Renato Hilário dos Reis – professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - FE/UnB –, Julieta Borges Lemes – doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - FE/UnB –, Relcytam Lago

Caribé – professora da SEEDF e gerente da GEJA/DIEJA/SEEDF (Gerência de Acompanhamento da Educação de Jovens e Adultos) –, e Sttela Pimenta Viana – professora na SEEDF atuante na GEJA/DIEJA/SEEDF. Esse diálogo se espelha no formato de uma entrevista aberta e semi-estruturada, composta por cinco perguntas direcionadas, simultaneamente, a todos os participantes, que falam guiados pelas perguntas iniciais, mas que abrem novos caminhos pelos corolários pressupostos nas questões. Eles falam sobre movimentos populares, políticas públicas intersetoriais, formação de educadores de jovens e adultos, educação do sistema prisional, educação profissional integrada à EJA, entre diversos outros assuntos correlatos.

Em seguida, são apresentados os relatos de experiência. O primeiro texto, de autoria de Suely Divina Santos, chamado **Programa DF Alfabetizado: Série Histórica**, traz um relato sobre a importância do programa e faz um breve apanhado do contexto de sua criação em 2012, apontando os resultados positivos que ele vem apresentando junto ao seu público-alvo.

O segundo relato, realizado pela equipe da DIEJA: Relcytam Lago Caribé, Sttela Pimenta Viana, Leda Regina Bitencourt da Silva, Damiana Aparecida Telles Moreira e Kleyny Cristina Dornelles, intitulado **Construção de Políticas Públicas no âmbito da gestão Central, Intermediária e Local da Educação de Jovens e Adultos na SEEDF: mobilizando as inquietudes**, mostra-nos as trilhas percorridas por essa diretoria no intento de aprimorar a gestão – política e pedagógica – dessa modalidade tão vasta, mas tão sensível. Nesse relato, ficam explícitas pelo menos duas ações realizadas com o intuito de fortalecer as práticas pedagógicas da EJA: o Curso Alfabetização e Letramento em EJA e a realização de visitas técnicas e pedagógicas às Coordenações Regionais de Ensino.

O terceiro relato, **Esporte, Educação e o Sistema Prisional Canadense**, de Mark Norman, fala sobre a administração do sistema prisional canadense e os projetos educacionais e de recreação física aplicados nas unidades penitenciárias federais do Canadá, que visam contornar os déficits educacionais dos adultos

em situação de restrição de liberdade e proporcionar a essas pessoas um retorno efetivo e seguro para a sociedade.

O quarto relato, de Ludmila Gaudard Sardinha Carneiro, com o título: **Marcos Histórico-Político-Legais e Institucionalização da Educação no Sistema Prisional do Distrito Federal**, revela um panorama histórico de políticas e de legislações sobre a educação no sistema prisional, além de mostrar a realidade em que a população carcerária do DF se encontra, composta em sua maioria por jovens, negros, pobres, semialfabetizados, pessoas LGBT, indígenas e migrantes. Esse relato destaca que são vários os desafios a serem enfrentados pela SEEDF a fim de que se possa oferecer a todas as pessoas, mesmo aquelas em situação de encarceramento, o direito à Educação.

O quinto e último relato, de Elvis Vilela Rodrigues, chamado **Desafios na atuação da Coordenação Intermediária de Educação de Jovens e Adultos: experiências na CRE Recanto das Emas**, descreve-nos as ações ensejadas pela Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas para aprimorar a Educação de Jovens e Adultos naquela localidade, bem como as estratégias para solucionar os problemas que interferem na efetivação dessa modalidade, tais como: o elevado índice de abandono, o atendimento à diversidade de público, a formação docente específica para a modalidade, e as especificidades do formato de registro de avaliação das aprendizagens dos estudantes.

Após a parte de relatos de experiência, passa-se à seção de artigos. O primeiro artigo é intitulado **Um Olhar sobre o Método Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos**, de autoria de Simone C. Rodrigues da Silva e Maria Alice Melo Nunes. As autoras analisam as contribuições e as melhorias que o método Paulo Freire oferece ao processo de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos no DF. Elas concluem que o referido método é de extrema relevância na adoção de recursos pedagógicos para a EJA, servindo como uma didática que promove a aquisição do letramento e a formação integral de cidadãos críticos capazes de transformar o seu trabalho e a sua história de vida.

O segundo artigo, **Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos**, de Kleyne Cristina Dornelas de Souza e Leda Regina Bitencourt da Silva, apresenta os avanços alcançados no atendimento a estudantes com deficiências, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação na Educação de Jovens e Adultos no DF, além de descrever a construção da proposta, prevista nas Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, mostrando as possibilidades de atendimentos para estudantes de classe comum e de turmas de EJA Interventiva. Esse trabalho mostra também resultados que podem contribuir no planejamento da operacionalização de um atendimento diferenciado para esses estudantes na Educação de Jovens e Adultos.

O terceiro artigo, **Dez Anos de Educação para Jovens e Adultos na Modalidade à Distância: Uma Educação Possível**, de Ângela Maria dos Santos Faria, Indira Vanessa Pereira Rehem e Adriana Rogéria de Almeida Reis, apresenta uma análise da trajetória da Educação de Jovens e Adultos na modalidade à distância, em sua implantação no Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul - CESAS. Iniciada em 2004, ela teve a devida elaboração do material didático ao público e à modalidade, a migração para um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e uma readequação do material didático face às propostas do Currículo em Movimento; tudo isso para o melhor

atendimento ao público-alvo dessa modalidade, aumentando a participação dos estudantes e aprimorando o aproveitamento das avaliações presenciais. O trabalho conclui mostrando que EJA/EaD é uma possibilidade bastante viável para democratização ao acesso à educação formal.

O quarto artigo, **A Educação de Jovens e Adultos e a Intersetorialidade**, de Irlanda Aglae Correia Lima Borges, sugere uma reflexão sobre a importância dos fatores externos à escola da Educação de Jovens e Adultos, fatores esses chamados de intersetorialidade. Para fazer frente à demanda de se pensar esses fatores externos, se estabelece a necessidade de fortalecimento de uma rede de suporte nas relações entre governo federal, governo local e sociedade civil organizada.

O quinto artigo, **Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Feminina do DF: Possibilidade de Pesquisa através do Materialismo Histórico-Dialético**, de Erlando da Silva Rêses e Wallace Roza Pinel, analisa as relações históricas entre sociedade, sistema carcerário feminino brasileiro e educação, situando-as no contexto do Materialismo Histórico-Dialético (MHD). Ele discute o ensino nas prisões, mostrando que ele não está contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) como modalidade específica, mas apenas como corolário da Educação de Jovens e Adultos. O trabalho conclui

que é preciso cobrar das autoridades as melhorias nas condições das presas, de modo a viabilizar sua reinserção no mercado de trabalho e dar fim à violência, ao abandono e à ausência de políticas adequadas para mulheres em vulnerabilidade social.

O sexto e último artigo, **Caminhos para a Construção de uma Política de Integração Curricular da Educação Profissional com a EJA: A Experiência do Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Regis no Âmbito da SEEDF**, de Antônio Biancho Filho, Giovanna Amaral da Silveira e Newton Carmo Oliveira, refaz o processo de edificação e de implementação da oferta do Currículo Integrado da Educação Profissional a Educação de Jovens e Adultos, resultante da elaboração do Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado a Educação Profissional no Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Regis (CED Irmã Maria Regina) da SEEDF. Esse trabalho, entre outros itens, demonstra que a legislação dispõe sobre a oferta integrada e a articulação de conhecimentos curriculares, com a finalidade de possibilitar ao público-alvo da EJA uma atuação mais exitosa no mercado de trabalho, assim como nas demais práticas sociais.

Por fim, esperamos contribuir com um material capaz de causar muitos pensamentos, ideias, reflexões e mobilizações na área da Educação de Jovens e Adultos.

NOTAS

- 1 Em 2013, a Secad foi transformada na Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade e Inclusão (Secadi) com objetivo de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino e efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.
- 2 Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF – GTPA - Fórum EJA/DF juntou-se ao movimento Fórum EJA do Brasil. Ele é constituído de educandos, de educadores, de representantes da Universidade de Brasília, das associações representativas, dos sindicatos, das empresas e das entidades interessadas na erradicação do analfabetismo do DF em entorno.
- 3 O PROEJA é coordenado nacionalmente pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação – MEC.
- 4 O Fórum Distrital de Educação é constituído por representantes da Secretaria de Educação do Distrito Federal; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB; do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – Sinpro-DF; do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Privados de Ensino do Distrito Federal – Sinproep; do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do DF – SAE/DF; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes; do Sindicato das Escolas Particulares do DF – Sinepe; do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização – GTPA – Fórum EJA/DF; do Conselho de Educação do DF; do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai/DF; e dos Representantes do segmento Pais e Mães de alunos da rede pública.

Daniel Damasceno Crepaldi

Subsecretário da Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF

Fábio Pereira de Sousa

Subsecretário da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da SEEDF